

Não se trata de transição, mas de expansão energética.

Nos poucos debates que têm ocorrido em Portugal sobre a extração de lítio, a resistência das populações é frequentemente explicada como uma oposição à necessidade de descarbonização da nossa economia. Não deixa de surpreender que ainda se tente enquadrar a resistência ao extrativismo desta forma, quando bem recentemente o governo caiu devido às negociações dos *data centers* e das energias renováveis ou quando nos lembrarmos da misteriosa constituição da Lusorecursos Portugal Lithium, três dias antes de lhe ser adjudicado o contrato. Não se pode ignorar que uma procura desenfreada do lítio promove caminhos de lucro fáceis.

No entanto, não se trata apenas de oportunismo e suspeitas de negócios ilícitos: se é verdade que por todo o mundo a procura por recursos minerais está a aumentar exponencialmente, também é verdade que a extração de petróleo não tem deixado de subir. Vejamos o que diz a OPEC: “A longo prazo, prevê-se que a procura mundial de petróleo aumente quase 18 mb/d, passando de 102,2 mb/d em 2023 para 120,1 mb/d em 2050.” (OPEC, 2024). Podemos também referir as previsões das próprias petrolíferas, por exemplo a ExxonMobil: “O Global Outlook prevê um patamar na procura de petróleo para além de 2030, mantendo-se acima dos 100 milhões de barris por dia até 2050.” (ExxonMobil, 2024). Como é possível? A Exxon explica: “mesmo que se todos os carros novos vendidos no mundo em 2035 fossem elétricos, a procura de petróleo em 2050 continuaria a ser de 85 milhões de barris por dia (...) a grande maioria do petróleo mundial é e será utilizada em processos industriais, como a indústria transformadora e a produção química, bem como em transportes pesados, como o transporte marítimo, o transporte por camião e a aviação.” (ExxonMobil, 2024).

De acordo com estes cenários, a substituição de carros individuais a gasolina por baterias elétricas não garante um impacto significativo na procura por combustíveis fósseis. Mesmo assim, promove-se o negócio dos carros elétricos individuais de tal forma que se gera uma corrida global aos recursos naturais. Não apenas os minerais como a bauxite (para o alumínio), o cobre ou o lítio (a maioria do lítio extraído globalmente é destinada a baterias, das quais 80% são para carros individuais) mas também plásticos, borrachas, fibras de carbono, etc. Ou seja, em vez da tão falada transição dos combustíveis fósseis para a eletromobilidade, em que uma substituiria a outra com vista à descarbonização planetária, o que se verifica é algo que os movimentos sociais há muito já afirmam: não se trata de uma transição, mas sim de uma expansão do mercado energético.

Então onde está a descarbonização? Citando *U.S. Energy Information Administration*: “Até 2050, as emissões de CO₂ relacionadas com a energia variam entre uma diminuição de 2% e um aumento de 34% em comparação com 2022 em todos os casos que modelámos.” O quadro é aterrador: na melhor das hipóteses estaremos com consumos equivalentes aos de hoje, mas é muito mais provável que estejamos significativamente pior.

Ora, isto não é uma novidade para as populações que tentam resistir à destruição do meio-ambiente. As comunidades que estão a sofrer os impactos desta expansão da fronteira extrativa – quer seja em Portugal, na Sérvia, no Brasil, no Chile, na Argentina, ou noutros locais - não estão desconectadas do mundo. Pelo contrário, têm acesso às redes de investigação científica, a estudos académicos, a ambientalistas, a movimentos ecologistas, e a muitos outros que sistematicamente têm vindo a apontar estas contradições. Tal como foi mencionado na recente audiência das associações PND e UCDB na Comissão do Ambiente da AR, as comunidades sabem que esta mineração não tem nada a ver com as alterações climáticas, nem com uma transição energética. Como se pode falar de transição, quando se continua a promover modelos de desenvolvimento baseados no lucro fácil e no aumento desenfreado do consumo? Afirmar que as populações são contra a transição energética ou a descarbonização é atirar areia para os olhos.

Segundo os dados do site da DGEG, no momento da escrita deste artigo, temos múltiplos contratos de exploração no Barroso e mais dezenas em fase de prospeção no Norte e interior, desde Chaves a Bragança, Viseu, Fundão e Castelo Branco. Não se trata aqui de uma só mina, mas de uma transformação dramática do interior de Portugal que nunca foi alvo de um debate aprofundado em Portugal. Não seria de esperar que os governos reconhecessem a seriedade e os impactos destas decisões e estivessem abertos a um debate geral na nossa sociedade sobre os modelos e princípios que deveríamos adotar? É urgente que esta discussão seja feita, e é isso o que as populações exigem.

Ao invés, sucessivos governos teimam em ignorar a situação. Não só não há diálogo real, como se mantém a distância, apenas atravessada por declarações genéricas sobre a necessidade de monitorizar os processos, a importância da soberania energética ou da descarbonização. E pela calada, o dificultar do acesso à documentação necessária sobre estes processos, em contravenção da *Convenção de Aarhus* sobre Acesso à Informação, Participação do Público no Processo de Tomada de Decisão e Acesso à Justiça em Matéria de Ambiente, da qual Portugal é signatário, o requerimento que a GNR passe a ter uma presença constante nas aldeias, ou na semana passada, pela DGEG, o garantir direto de acesso e de realização de trabalhos por parte da *Savannah Resources* a terrenos privados e baldios de Covas do Barroso, apesar da oposição dos seus proprietários.

Desconfio que o governo não tenta abrir este debate na sociedade portuguesa por saber que a justificação apresentada até agora não é válida. Porque o modelo de transição a ser implementado pela Comissão Europeia não passa de uma cooptação da urgente necessidade de mudança. Porque a expansão da mineração não se baseia em critérios ambientais ou de justiça, não visa proteger os ambientes que deixaremos às gerações futuras, mas apenas o lucro. Na evidente falta de confiança nos seus próprios argumentos, resta a desconsideração pelas vidas das pessoas.

Godofredo Enes Pereira
Professor Universitário